

# SUMÁRIO

## DOCTRINA

### ARTIGOS

II Enunciados do IBDA – Jornada de Pirenópolis Mudanças na Lei de Improbidade Administrativa.....	13
Is it possible to dilute the occupation of public transportation by staggering activities? Evidence from the experience of Rio de Janeiro’s city during the Sars-COVID-19 pandemic <b>Carina de Castro Quirino, Marcella Brandão Flores da Cunha, Raphael dos Santos ..</b>	23
Concurso público. Teste de aptidão física (TAF). A discricionariedade da banca examinadora <b>Gina Copola.....</b>	41
Hipocrisia derrotada: a Lei nº 14.230/21 <b>Ivan Barbosa Rigolin.....</b>	49
A inconstitucionalidade do sistema eleitoral proporcional de votação frente ao paradigma do Estado Democrático <b>Márcio Berto Alexandrino de Oliveira, Fernando Elias Pinto .....</b>	57
Restitutionary function of civil accountability due to unrighteous agents: analysis of refunding institute applied to disgorgement resulting from the practice of administrative dishonesty acts <b>Bruno de Souza Martins Baptista, Marcos Ehrhardt Júnior .....</b>	73
Improbidade administrativa e a (ir)retroatividade da Lei nº 14.230/2021: uma análise comparativa entre as decisões do TJRS e o Tema nº 1.199 de repercussão geral do STF <b>Mártin Haeberlin, Henrique Silveira Martins .....</b>	93

## **JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**

### ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

ADI – Direito Constitucional e Administrativo – Lei federal – Servidor público – Policial Rodoviário Federal (PRF) – Regime de subsídios – Percepção de adicionais – Pagamento de direitos trabalhistas aplicáveis aos servidores públicos por força do artigo 39, §3º, da Constituição Federal de 1988 – Procedência parcial. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.404/DF

**Supremo Tribunal Federal** ..... 151

ADI – Lei Ordinária nº 10.678/2017 do Estado do Maranhão – Contratação, por tempo determinado, de pessoa para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Administração Penitenciária Estadual – Contratação de policiais penais exclusivamente por concurso público ou por meio da transformação de cargos isolados dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários e dos cargos públicos equivalentes – Inconstitucionalidade – Modulação dos efeitos da decisão. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.098/MA

**Supremo Tribunal Federal** ..... 167

Ação Rescisória – Administrativo – Servidor público – Rescindendo que atribui natureza de vencimento-básico à gratificação genérica instituída por lei – Manifesta violação de norma jurídica – Procedência rescisória – Gratificação de Atividade Tributária - GAT – Natureza jurídica – Vantagem permanente expressa em lei integrante dos vencimentos – Transmutação em vencimento básico – Impossibilidade – *Bis in idem* – Efeito cascata – Limites à interpretação judicial. Ação Rescisória nº 6.436/DF

**Superior Tribunal de Justiça** ..... 181

Direito Penal – Uso de documento particular ideologicamente falso – Artigo 304 c/c artigo 299, do Código Penal – Participação em concurso público por meio de pessoa interposta – Recurso restrito à pena

substitutiva de proibição de inscrição em concurso público – Limitação temporal. Apelação Criminal nº 0011857-22.2016.4.01.3200

**Tribunal Regional Federal da 1ª Região**.....223

Administrativo – Servidor público – Afastamento para pós-graduação – Artigo nº 96-A da Lei nº 8.112/1990 – Não obtenção do título dentro do prazo estabelecido – Licenças para tratamento de saúde – Incapacidade – Comprovação – Força maior – Ressarcimento ao Erário – Inviabilidade – Integração à lide da UNESP – Ilegitimidade passiva. Apelação Cível nº 5007058-70.2020.4.03.6103

**Tribunal Regional Federal da 3ª Região**.....229

Administrativo–Servidor público civil–Ação Civil Pública–Inadequação da via eleita afastada – Limitação temporal e subjetiva da sentença – Abono de permanência – Natureza remuneratória – Inclusão na base de cálculo da gratificação natalina. Apelação/Remessa Necessária nº 5061521-57.2020.4.04.7000/PR

**Tribunal Regional Federal da 4ª Região**.....237

Administrativo – Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa – Multa civil – Destinação ao ente público lesado pelo ato ímprobo – Artigo 18 da Lei nº 8.429/1992. Apelação Cível nº 0818642-92.2019.4.05.8100

**Tribunal Regional Federal da 5ª Região**.....249

## EMENTÁRIO

ADMINISTRATIVO.....	259
CONCURSO PÚBLICO.....	260
CONSTITUCIONAL.....	262
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	266
PREVIDENCIÁRIO.....	268
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	268
SERVIDOR PÚBLICO.....	272

## TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

CONCURSO PÚBLICO.....	279
CONSTITUCIONAL.....	280
PROCESSO CIVIL.....	281
SERVIDOR PÚBLICO.....	282

## LEGISLAÇÃO COMENTADA

Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União (art. 158)

**Antônio Flávio de Oliveira** .....285

INFORMATIVO DE LEGISLAÇÃO .....287

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES .....291